

I Jornadas Internacionales de investigación y debate político
(VII Jornadas de Investigación Histórico Social)

“Proletarios del mundo, uníos”

La crisis y la revolución en el mundo actual. Análisis y perspectivas

Buenos Aires, del 30/10 al 1/11 de 2008

Facultad de Filosofía y Letras, UBA

Mesa 23. El Argentinazo: ¿Qué pasó en diciembre de 2001 en la Argentina?

Ponencia: Piqueteiros e autonomismo: notas sobre a Frente Popular Darío Santillán

Autor: Soraia de Carvalho

* Mestre em Ciências Sociais (UEL), pesquisadora do GEPAL (Grupo de Estudos de Política da América Latina).

E-mail: soraiadecarvalho@hotmail.com

Resúmen

Discute la organización de los trabajadores, en especial de los desocupados, desde la experiencia y de las formulaciones del agrupamiento piquetero Frente Popular Darío Santillán, un de los intentos de reorganización de los trabajadores de Argentina después de la dictadura militar de 1976 a 1983. Analiza la manera como definen questiones como: cambio social, revolución, poder, Estado, organización y partido.

Palabras-llave: Organización. Desocupados. Movimiento Piquetero. Autonomismo.

Resumo estendido:

Para melhor compreender os significados políticos das atuais lutas sociais que se desenvolvem na América Latina, analisamos o *movimento piqueteiro*. Ao colocar os desempregados no centro da cena política argentina, trouxe questionamentos teóricos, políticos e ideológicos, atraiu os olhares de outros movimentos da região, e nutriu as formulações que atribuíam aos “novos” movimentos sociais a substituição dos “velhos” sujeitos revolucionários.

Em meio a toda heterogeneidade do movimento piqueteiro, atravessado pelas disputas políticas e ideológicas que fazem da Argentina um espaço de atuação das mais variadas correntes de esquerda (estalinistas, guevaristas, maoístas, trotskistas, nacionalistas, reformistas, anarquistas, dentre outras) escolhemos um deles, a Frente Popular Darío Santillán (FPDS) para nos ajudar a analisar as potencialidades e limites da tentativa de reorganização do proletariado argentino.

Este agrupamento é fruto da *Coordinadora de Trabajadores Desocupados Aníbal Verón*, reconhecida por sua combatividade. A identificação da FPDS com a perspectiva autonomista nos permite analisar, em uma realidade concreta, os limites do autonomismo como proposta de organização das classes trabalhadoras. Após um panorama geral das organizações piqueteiras, nos detemos nas formulações da Frente Popular Darío Santillán sobre *mudança social, revolução, poder, Estado, organização e partido*.

INTRODUÇÃO

A América Latina tem se transformado em um verdadeiro “caldeirão” de lutas sociais a partir dos anos 1990 quando praticamente quase todas as ditaduras militares foram desajoladas. Saem os governos fardados, entram os governos civis eleitos, mas permanece o caráter de classe do Estado. A partir do fim da década de 1990, são eleitos governos que despertam ilusões de que tal “guinada à esquerda” poderia formar um pólo de enfrentamento ao imperialismo: Chávez na Venezuela (1998), Lula no Brasil (2002), Kirchner na Argentina (2003), Tabaré Vasquez no Uruguai (2005), Michelle Bachelet no Chile e Evo Morales na Bolívia (2006), Rafael Correa no Equador (2006) e, agora, Fernando Lugo no Paraguai (2008). Apesar das diferenças entre o “socialismo do século XXI” da proposta bolivariana de Chavez, o capitalismo andino-amazônico de Evo e as variantes menos radicalizadas dos outros governos com seus pactos sociais entre organizações de trabalhadores e patronais, todos se assemelham em um ponto fundamental: apesar de seus discursos e vínculos com os “oprimidos” não se propõem a acabar com o modo de produção capitalista.

Tal cenário político, mesmo de maneira deformada, é um reflexo de um giro à esquerda produzido pelas massas trabalhadoras, que descontentes com os efeitos do neoliberalismo protagonizaram momentos de enfrentamento com o Estado. São parte deste quadro insurreições e levantes populares, dentre os quais destacamos: as guerras do gás e da água na Bolívia em 2003 e 2004; a exigência dos equatorianos de que os políticos renunciassem, em 2005; e a constituição da Assembléia Popular de Oaxacca, em 2006.

A Argentina também compõe este cenário. Quase ao mesmo tempo em que Carlos Menem toma posse, em 1989, surge um movimento popular de desempregados que, em linhas gerais, passa a contestar a implantação das políticas neoliberais daquele governo. Trata-se do surgimento do *movimento piqueteiro* que ocupa o cenário político do país ao longo dos anos 1990. A insatisfação popular e de alguns setores das classes médias ganham força na mesma medida do avanço do neoliberalismo no país: desregulamentação da força de trabalho, abertura comercial, privatização dos serviços públicos, entre outras. O ápice desse processo ocorre em dezembro de 2001, quando as massas populares ocupam Buenos Aires e provocam a queda do então presidente Fernando de la Rúa, juntamente com seu ministro, Domingos Cavallo. As palavras de ordem entoadas naqueles episódios expressavam o rechaço

à democracia formal e ecoaram nas lutas sociais posteriores: *¡Qué se vayan todos! ¡Que no quede ni uno solo!*

Nesta dissertação, nosso objetivo fundamental é contribuir para uma melhor compreensão dos significados políticos das atuais lutas sociais que se desenvolvem na América Latina, ao analisarmos um movimento recente, que no início dos anos 2000 despertou muito interesse nos meios militantes e acadêmicos: o *movimento piqueteiro*. Ao colocar os desempregados no centro da cena política argentina, este processo trouxe vários questionamentos teóricos, políticos e ideológicos, atraiu os olhares de outros movimentos da região, e nutriu as formulações que atribuíam aos “novos” movimentos sociais a substituição dos “velhos” sujeitos revolucionários.

Em meio a toda heterogeneidade do movimento piqueteiro, atravessado pelas disputas políticas e ideológicas que fazem da Argentina um espaço de atuação das mais variadas correntes de esquerda (estalinistas, guevaristas, maoístas, trotskistas, nacionalistas, reformistas, anarquistas, dentre outras) escolhemos um deles, a Frente Popular Dario Santillán (FPDS) para nos ajudar a analisar as potencialidades e limites da tentativa de reorganização do proletariado argentino.

Este agrupamento de desempregados, que se somou a intelectuais, setores estudantis e de trabalhadores empregados, é fruto de um dos mais combativos movimentos da história recente da Argentina: a *Coordinadora de Trabajadores Desocupados Aníbal Verón* (CTD-AV).

A identificação da FPDS com a perspectiva autonomista permitirá analisarmos em uma realidade concreta os limites do autonomismo como proposta de organização das classes trabalhadoras. O esforço da FPDS em formar politicamente seus militantes e registrar sua história reflete-se em seus documentos públicos e livros de militantes, possibilitando que identifiquemos sua linha política.

Surgimento do movimento piqueteiro

Foi nas cidades em que os desempregados estavam concentrados onde se deu a resposta unificada inicial que logo se expandiu para outros pontos do país. Assim, o primeiro “grito” contra o desemprego massivo partiu das cidades petroleiras devastadas pela privatização da YPF, *Yacimientos Petrolíferos Fiscales*, em 1991. Este “grito” foi seguido pelos moradores de assentamentos e bairros operários da Grande Buenos Aires e o entorno de outras grandes cidades argentinas.

Mas o nome “piqueteiro” foi cunhado a partir da *pueblada* de 1996, em que a população de Cutral-Có e Plaza Huinul, cidades petroleiras da província de Neuquén, passou a utilizar os chamados “métodos piqueteiros”. Quais sejam: os *cortes de ruta*, que mais do que bloqueios de rodovias, podem ser definidos como tomada e defesa de uma posição com barricadas (CARRERA; COTARELO, 2004, p. 126); a ação direta; a combatividade no enfrentamento com as forças repressivas do Estado; e os métodos antiburocráticos de organização, pautados na soberania de assembléias massivas. Os piquetes já utilizados como uma tática grevista para convencer ou impedir a entrada de “fura-greves”, passaram a ser utilizados com outros objetivos. Impossibilitados de parar a produção de mercadorias, estes manifestantes passaram a bloquear a circulação destas.

A Frente Popular Darío Santillán

A Frente Popular Darío Santillán (FPDS) é um dos movimentos que vieram da *Coordinadora de Trabajadores Desocupados Aníbal Verón* (CTD-AV), surgida a partir de movimentos de desempregados que se organizaram desde 1996, no Sul da Grande Buenos Aires e reconhecida por sua combatividade. Depois de várias divisões, motivadas por diferenças organizativas, brigas por recursos de ONGs internacionais e relação com o governo, em março de 2004, agrupamentos piqueteiros criaram a FPDS. Apesar de a convocação partir dos desempregados, a proposta pretendia reunir trabalhadores empregados, estudantes, camponeses, pequenos produtores, e demais setores com os quais tenham afinidade. Atualmente, a composição da FPDS é basicamente de desempregados e estudantes. A articulação com camponeses e trabalhadores ocupados acontece por meio do *Movimiento Campesino Indígena* (MCI) e *Movimiento Intersindical Clasista* (MIC). O nome da frente refere-se a um dos militantes assassinados em uma ação repressiva do Estado argentino, em 26 de junho de 2002.

A partir de documentos publicados na *internet*, entrevistas e livros da FPDS problematizaremos como definem: *mudança social, revolução, poder, Estado, organização e partido*. Iniciaremos com a forma como abordam a questão da *mudança social*. Na formulação da FPDS há dois tipos de mudanças pretendidos: mudar o sistema capitalista e mudar as relações cotidianas.

Queremos que *toda* la sociedad cambie porque mientras el sistema económico y social esté organizado por los capitalistas, éstos van a buscar mantenerse en el poder por todos los medios: el engaño, las

leyes o la represión. Estos poderosos no quieren que se organice una sociedad igualitaria, porque se les acaban sus privilegios. Por eso hace falta ***un cambio revolucionario*** que reparta las ganancias de los grandes campos y las grandes empresas para que nadie pase hambre o le falte trabajo (grifos no original) (FRENTE POPULAR DARÍO SANTILLÁN, 2004).

A formulação de *revolução* da FPDS, pelo que se nota em seus documentos denuncia as desigualdades na repartição das riquezas no capitalismo, mas não aponta sua contradição fundamental, ou seja, a produção social seguida pela apropriação privada. Assim, não se coloca como centro a liquidação revolucionária da propriedade privada dos meios de produção, mas sim uma divisão igualitária do produto social. Tal posição é complementada pela “revolução no cotidiano”:

Para que esa sociedad mas justa sea posible, tenemos que empezar a practicarla desde ahora. Todos los días organizando nuestro trabajo, nuestras actitudes, nuestras relaciones, con igualdad. La tele, la iglesia, la escuela, nos dicen todo el tiempo que tenemos que buscar la salida individual, y entonces nos peleamos con el que tenemos al lado, nos acostumbramos a obedecer al que tiene poder, no nos respetamos ni siquiera a nosotros mismos... Pero nuestra experiencia nos dice que tenemos que estar unidos y luchar. Tenemos que cambiar los valores negativos que arrastramos (el egoísmo, la indiferencia, la ventaja sobre el compañero, la violencia familiar) en nuestras casas, nuestro barrio, nuestra organización, y construir la solidaridad, la dignidad, la igualdad todos los días. El cambio social empieza en casa, y ahora (FRENTE POPULAR DARÍO SANTILLÁN, 2004).

Desse modo, além de não apontar a liquidação da propriedade privada capitalista como premissa da “mudança social”, condiciona-se também a chegada dessa “sociedade mais justa” à revolução dos valores no cotidiano. Isto nos leva a discutir o dilema: mudar primeiro os homens ou as circunstâncias? (CLAUDÍN, 1975, p. 60). Marx respondia a isto dialeticamente, como podemos observar na terceira tese de Feuerbach. “A coincidência da modificação das circunstâncias com a atividade humana ou alteração de si próprio só pode ser apreendida e compreendida racionalmente como práxis revolucionária.” Desta maneira, Marx e Engels explicavam, em *A Ideologia Alemã* que:

[...] tanto para a produção massiva de uma consciência comunista como para a realização da própria causa, é necessária uma transformação massiva dos homens que só pode processar-se num movimento prático, numa *revolução*; que, portanto, a revolução não é só necessária porque a classe *dominante* de nenhum outro modo pode

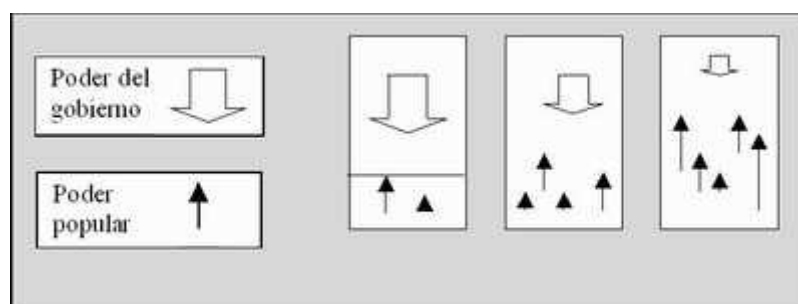
ser derrubada, mas também porque a classe *que a derruba* só numa revolução consegue sacudir dos ombros toda a velha porcaria e tornar-se capaz de uma nova fundação da sociedade.

Assim, este momento de “instrução”, não deveria ser apartado, para Marx e Engels, da ação revolucionária. O que vemos nos documentos da FPDS é uma separação de dois momentos, inicialmente de formação, de mudança nos valores, para em um futuro distante pensar em uma transformação mais radical da sociedade. Esta separação, para Lênin é uma maneira utópica de “adiar a revolução socialista até que os homens venham a ser de outra essência” (LÊNIN, 2005, p. 62).

Por outro lado, a pretensão de mudança de valores no quadro de relações objetivamente alienadas revela uma perspectiva idealista, pois parte da premissa de que é possível praticar valores de uma “sociedade mais justa” antes da existência real dessa suposta sociedade mais justa. “Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência”, diziam Marx e Engels na Ideologia Alemã.

Outro ponto que merece nossa reflexão é a explicação de o que é o *poder* para a FPDS. Segundo seus documentos, o poder é uma relação social, assim, faz-se necessário fortalecer o poder popular por meio de mudanças nas relações humanas, sociais e políticas, avançando em termos de organização, lutas e consciência. Assim o “*cambio revolucionario*” é mais um passo na construção do poder popular. “*Un paso importante, ya que solo podremos garantizar definitivamente ese cambio cuando todo el pueblo esté en condiciones de disputar el poder [...]*”.

Nos documentos da FPDS (2004) há uma ilustração que expressa como compreendem a relação entre “poder do governo” e o “poder popular”.



Fonte: www3.autistici.org/mtdenelfrente//

Percebe-se uma visão gradualista de transição ao predomínio do “poder popular”. Esta discussão é importante, uma vez que o mecanismo político da revolução

consiste precisamente na transição do poder de uma classe para outra. Trotski (1978, p.184) apresenta exemplos históricos que indicam que esta “transferência” é precedida por um período de duplo poder, isto se manifestou na revolução inglesa do século XVII, na Revolução Francesa e na Revolução Russa, precedida pela constituição dos soviets. Esta situação, porém, é provisória. Em uma sociedade dividida em classes antagônicas, a classe que não detém o poder esforça-se para fazer o Estado pender para seu lado, mas isso não significa que exista permanentemente uma dualidade de poderes:

A preparação histórica da revolução conduz, no período pré-revolucionário, a uma situação na qual a classe destinada a implantar o novo sistema social, conquanto ainda não dominando o país, concentra, efetivamente, em suas mãos, uma parte importante do poder de Estado, ao passo que o aparelho oficial permanece em poder de seus antigos possuidores (TROTSKI, 1978, p. 185)

A superação do duplo poder pode tanto pender para a manutenção da antiga classe dominante, coroando a vitória da contra-revolução ou avançar em relação ao domínio de uma nova classe. A tendência é de retomada da unidade de poder, condição indispensável para a estabilidade de qualquer regime. Ainda sobre o poder, nas formulações da FPDS, não se deve identificá-lo com o Estado. A adoção de um conceito mais amplo impediria a “instrumentalização” da luta, aspecto que coincide com o pensamento de John Holloway:

Não obstante o quanto se defenda o movimento e sua importância, o objetivo de se conquistar o poder implica inevitavelmente uma instrumentalização da luta. A luta tem um objetivo: conquistar o poder político. A luta é um meio para alcançar esse objetivo. Aqueles elementos de luta que não contribuem para se alcançar o objetivo são considerados secundários ou suprimidos em conjunto: estabelece-se uma hierarquia das lutas (2003, p. 31).

A definição de poder da FPDS está vinculada com sua concepção de “*lucha prefigurativa*”, em que se começa a desenvolver dentro do sistema capitalista relações uma nova ordem, que nunca irá se realizar plenamente, mas tem uma importância política de demonstrar que a transformação social é possível (MAZZEO, 2005, p. 44).

¿Que significa el poder como relación social? En este caso, cuando nosotros hablamos de la construcción de nuevos valores, de la pelea de los valores cotidianos en nuestras construcciones, cuando nosotros hablamos de que tenemos que empezar a cambiar la sociedad hoy, nuestra manera de pensar / de construir / de conducirnos hoy; lo que estamos haciendo es anticipar la sociedad que queremos, en esta idea de construcción de Poder Popular, no va a empezar el día que

tomemos el aparato del Estado, el día que se toma algún poder, entre otras cosas porque no concebimos al poder como un objeto, sino como una relación que se construye, que se hace, que construimos de manera fraternal, en donde tienen que surgir nuevos valores (FRENTE POPULAR DARÍO SANTILLÁN, 2006, p. 17).

Sendo assim, o poder popular da FPDS é indissociável da idéia de geração de novos valores. Podemos perceber uma certa mudança no enfoque do poder com a criação do Espaço Social e Político da FPDS. Segundo Guillermo Cieza – militante nas coordenadoras fabris e do peronismo de base dos anos 1970, foi fundador do MTD de Berisso, passou pela CTD Aníbal Verón e hoje está na FPDS – este “espaço” corresponderia à formação de uma organização nos moldes da Consulta Popular no Brasil. Um partido amplo, em permanente contato com os movimentos sociais. A disputa pelo poder não estaria descartada, mas teria de ser fruto de um processo de acúmulo de forças, de sínteses políticas de diversas experiências desenvolvidas na Argentina e América Latina.

Nosotros por esto decimos que hay posibilidades de disputar el poder. En lo local hay grupos genuinos de construcción de base, por supuesto no es como el MST, pero hay grupos con condiciones reales, tenemos asambleas donde se puede discutir una política (CIEZA, 2006)¹.

A disputa eleitoral é apresentada por Cieza, em entrevista, como uma discussão de conjuntura e não de princípios ou moral.

Vos podes ocupar espacios institucionales si tienes fuerza suficiente para que estos espacios institucionales respondan a tu política. Y además también podes cambiarlos. [...] Pero es una cuestión de correlación de fuerza. [...] Esto incluye plantearse, de este punto de vista, también en determinado momento, presentarse a las elecciones, pero esto tiene que ver con las etapas que tenemos que quemar (CIEZA, 2006).

Então mesmo negando em seus documentos a necessidade de adotar como estratégia a tomada do poder, percebe-se na prática da Frente uma alteração, em que se inicia um processo de construção de um partido político, compreendido em um sentido amplo, mas que acabaria sendo um instrumento de disputa pelo poder de Estado. Isto fica mais evidente nas projeções feitas por Cieza, o militante em 2006 prognosticava que de 2008 em diante seria o momento de projetar a política da FPDS massivamente, o que pressuporia uma ferramenta consolidada combinada com o momento político propício. “[...] creo que la ofensiva política

¹ Entrevista realizada em 07 de novembro de 2006, em La Plata - Argentina.

del kirchnerismo seguirá hasta el 2007 y después empezara a decaer. Proyectar la política impone hacer alianzas más amplias y disputar en todos los terrenos, incluso en el electoral” (CIEZA, 2006, p. 84 [mimeo]).

Este conceito ampliado de partido, identificado como movimento aparece na formulação dos zapatistas na *Segunda Declaración de la Selva Lacandona*: “Replantear el problema del poder en este marco de democracia, libertad y justicia obligará a una nueva cultura política dentro de los partidos. Una nueva clase de políticos deberá nacer y, a no dudarlo, nacerán partidos políticos de nuevo tipo” (EZLN, 1994).

O Movimento Consulta Popular, que é adotado como referência pela FPDS, surgiu no Brasil em 1997, sob a direção do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST. Segundo Ricardo Gebrin, seu surgimento foi uma resposta dos militantes de movimentos sociais, principalmente da juventude, à esquerda eleitoral. A Consulta se define como uma “articulação dos lutadores do povo”. Gebrin justifica a não adoção do termo partido a partir da enumeração de “instrumentos revolucionários” que não se denominavam partidos.

Frente Sandinista de Libertação Nacional, Movimento Popular pela Libertação de Angola, Frente de Libertação de Moçambique, Movimento 26 de Julho, Congresso Nacional Africano, Ação Libertadora Nacional, Movimento de Libertação Nacional Tupamaros eram todas organizações partidárias sob a concepção do pensamento revolucionário, embora não utilizassem a denominação “partido” (2005, p. 2).

Outra justificativa é a cultura e tradição política brasileira, que identificaria partido com os modelos institucionais, sem uma concepção revolucionária. “[...] o termo ‘Movimento’, atualmente expressa melhor a capacidade de luta e de enfrentamento na luta de classes, o termo ‘partido’ é identificado com um instrumento de luta eleitoral.” (GEBRIN, 2005, p. 4). Politicamente, a Consulta Popular se manteve e ainda predominantemente se mantém alinhada com o PT, Partido dos Trabalhadores, e tem como programa o livro *A opção Brasileira*, de César Benjamin e outros autores. Assim, sua estratégia é a constituição de um projeto popular para o Brasil e a defesa da soberania nacional. Coerente com a defesa do nacionalismo, outrora defendido pelo PT e antes pelo PCB (Partido Comunista Brasileiro), inclui neste projeto frações da burguesia nacional (BENJAMIN, 1998, p. 173). Sinteticamente, a Consulta Popular defende o compromisso com a soberania, a solidariedade, o desenvolvimento, a sustentabilidade e a democracia ampliada (BENJAMIN, 1998, pp. 150-151).

Podemos deduzir, portanto, que apesar do culto ao antipartidarismo predominante nas organizações piqueteiras que vieram da La Verón, a FPDS tem uma crítica clara aos partidos leninistas, mas indica afinidade com outras organizações partidárias. Vejamos como isto é analisado na América Latina:

Hay que reconocer que en Bolivia y Venezuela los movimientos están participando del poder estatal, y el MST en Brasil apoyó la campaña del PT y el triunfo de Lula. Parece que las experiencias más importantes están vinculadas a lo estatal, aunque no se subordinan. Hay que entender que la victoria de Evo Morales en Bolivia, por ejemplo, es parte de la acumulación de poder popular (FRENTE POPULAR DARÍO SANTILLÁN, abril de 2006, p. 11).

Partindo disto, a FPDS admite a possibilidade de transformar o Estado a partir de dentro:

Estas experiencias nos muestran que, si bien es imposible negar que el estado capitalista es un instrumento de opresión, las clases populares pueden encontrar grietas y seguir transformando desde adentro. Entonces no hay que negar para cualquier experiencia al Estado, no hay que negar procesos de transición o formas que se vayan dando hasta abolir el capitalismo (FRENTE POPULAR DARÍO SANTILLÁN, abril de 2006, p. 12).

Miguel Mazzeo defende que para identificar um projeto emancipador não devemos nos fixar nos objetivos deste projeto, mas sim em seus meios, suas formas de organização. A FPDS ao mesmo tempo em que indica o desejo de caminhar para relações horizontais, admite a existência de desníveis de experiências, informação e conhecimento que diferenciam os militantes. O meio para superar os desníveis de experiências seria a educação popular. São elaborados cursos de formação e formas de participação democrática para que todos tenham condições de decidir as questões pertinentes ao movimento.

De certa forma, apesar de inicialmente depositar todas as forças na organização dos desempregados, a partir da retomada das lutas sindicais a FPDS tem se voltado também para o movimento operário, mas por meio do MIC, *Movimiento Intersindical Clasista*, que nas experiências concretas tem se mostrado como mais uma variante de apoio às burocracias sindicais. Quanto à disputa do poder político, a FPDS que inicialmente se colocava contra o eleitoralismo e possuía um discurso antipartido, se se confirmarem as projeções de Guillermo Cieza, pode se converter em mais uma ferramenta eleitoral. Assim, apesar de estar agora se voltando também para a luta sindical e política, o que está esboçado

na atuação da FPDS é uma adequação à participação nos marcos da legalidade burguesa, como um programa que, como vimos anteriormente, não se define claramente pelo fim da propriedade privada dos meios e produção, apresenta-se pautado em mudanças de valores, indicando as dificuldades das classes trabalhadoras romperem com o nacional-reformismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebemos atualmente no campo das lutas populares, sobretudo nas explicações teóricas pautadas pela abordagem dos “novos” movimentos sociais, que há uma tendência de ignorar ou minimizar o papel político do proletariado, assim, busca-se utilizar as experiências como a do movimento piqueteiro para justificar a caducidade deste sujeito histórico e de sua forma de emancipação, a revolução social. O empirismo pode ser uma das causas para que esta leitura seja adotada pelos movimentos. Uma leitura imediatista da realidade poderia dar razão a Holloway (2003) e outros teóricos que propagandeiam que a atuação dos partidos e sindicatos está superada, e que a degeneração da União Soviética provou a “ineficácia” do marxismo.

Sérgio Lessa descreve este duro contexto vivenciado nos períodos contra-revolucionários: “Como a existência determina a consciência, a vida cotidiana sob a contra-revolução confere uma forte aparência de verdade às teses teóricas mais conservadoras e, *pari passu*, parece negar toda plausibilidade às revolucionárias” (2007, p. 56). Assim as propostas que parecem viáveis são aquelas que tentam se adequar às possibilidades do capitalismo, como as de humanização do capital a partir da vontade política, permitindo uma distribuição de renda mais justa, possibilitando um “outro mundo” sem as mazelas do capitalismo.

[...] todas estas concepções, rigorosamente irrealizáveis dados os limites históricos impostos pelo sistema do capital, ganham a aparência de única possibilidade em tempos de contra-revolução. E, pelo mesmo processo, o historicamente tangível (superar o capital com base na atual gigantesca contradição entre a propriedade privada e o pleno desenvolvimento das forças produtivas) tem a aparência da mais irrealizável das utopias (no sentido pejorativo de não ter lugar na história) (LESSA, 2007, p. 56).

Percebe-se na prática e nas formulações da FPDS justamente esta contradição, há um rebaixamento das reivindicações e a acusação de que as propostas revolucionárias não correspondem ao momento atual, não superando o aspecto testemunhal ou dogmático.

O enfrentamento concreto que os desempregados têm sustentado, seja contra o governo de Menem, De la Rúa, Duhalde ou Kirchner, é uma experiência rica em potencialidades. Este setor heterogêneo tem demonstrado sua combatividade, disposição de luta, e seus militantes sofrem com a perseguição, repressão e assassinatos sob a direção do Estado argentino. O surgimento do movimento piqueteiro não despertou a atenção de militantes e teóricos de todo o mundo por acaso. Tem como mérito indiscutível o fato de trazer para o palco da história um setor geralmente desconsiderado, o de desempregados. Diante do desemprego estrutural no capitalismo, que tende a ser acentuado, fazer do chamado exército de reserva um exército ativo na luta de classes é uma tarefa fundamental.

Avaliamos, porém, que há um risco concreto de que toda a organização construída até o momento seja diluída. A recusa em colocar como objetivo explícito a aliança da classe operária (unificando empregados e desempregados) com demais classes e frações oprimidas pela burguesia rumo a um projeto de tomada do poder distancia este agrupamento de sua proposta de transformar o sistema capitalista. A tarefa de unificar as classes oprimidas sob a direção do proletariado, no entanto, não pode ser atribuída apenas aos desempregados.

A experiência argentina de organização dos desempregados tem demonstrado o acerto em incluir esta ampla camada das classes trabalhadoras em um projeto político que se proponha a superar o capitalismo. Mas consideramos equivocada a idéia de que estes movimentos substituam a necessidade de organização do proletariado ativo. A superação do modo de produção capitalista é inviável sem a aliança das classes dominadas pela burguesia. Mas deve-se destacar a necessidade desta aliança estar sob a direção do proletariado. Sem isto, as potencialidades de transformação identificadas no movimento piqueteiro acabarão condenadas a uma convivência promíscua com o Estado burguês, sujeitas aos “perigos” do eleitoralismo e do nacional-reformismo, ocultos sob um discurso autonomista.

REFERÊNCIAS

BENJAMIN, César *et al.* **A opção brasileira**. Rio de Janeiro: Contraponto. 1998.

CARRERA, Nicolás Iñigo.; COTARELO, Maria Celia. Algunos rasgos de la rebelión en Argentina 1993-2001. In: **PIMSA**, año VIII, nº 8, Buenos Aires, 2004, pp. 125-138.

CIEZA, H. Guillermo. **Argentina: La política de los 70 y la actualidad**. 26 ago. 2003.
Disponível em: <http://www.rebellion.org/argentina/030826cieza.htm>. Acesso em: 30 jan. 2006.

- _____. **Borradores sobre la lucha social y la autonomía.** Buenos Aires: Manuel Suaréz editor, 2004.
- _____. **Borradores sobre la lucha popular y la organización,** 2006 (mimeo).
- _____. **Depoimento.** Entrevistadora: Soraia de Carvalho. La Plata, 07 nov. 2006. 11 minutos. Arquivo em mp3.
- CLAUDÍN, Fernando. **Marx, Engels y la revolución de 1848.** Madrid: Siglo veintiuno editores, 1975.
- EZLN. **Segunda Declaración de la Selva Lacandona.** México, 10 jun. 1994. Disponível em: <http://www.ezln.org/documentos/1994/19940610.es.htm>. Acesso em: 01 mai. 2007.
- FRENTE POPULAR DARÍO SANTILLÁN. **Construcción de Poder Popular.** s/l, ago. 2006. Disponível em: www3.autistici.org/mtdenelfrente//. Acesso em: 10 set. 2006.
- _____. **Nuestra Política. Latinoamérica y la construcción de poder popular.** s/l, abr. de 2006. Disponível em: www3.autistici.org/mtdenelfrente//. Acesso em: 10 jun. 2006.
- _____. **Nuestra Política para construir un presente y un futuro con trabajo, dignidad y cambio social.** s/l, 2004. Disponível em: www3.autistici.org/mtdenelfrente//. Acesso em: 10 jun. 2006.
- GEBRIN, Ricardo. **Movimento Consulta Popular.** Texto elaborado para o Seminário “Partidos de Esquerda na América Latina”, Fundação Rosa Luxemburgo, out. 2005.
- HOLLOWAY, John. **Mudar o mundo sem tomar o poder.** São Paulo: Editora Viramundo, 2003.
- LENIN, Vladimir Ilitch. **O Estado e a Revolução. A revolução proletária e o renegado Kautsky.** São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Suderman, 2005.
- LESSA, Sergio. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo.** São Paulo: Editora Cortez, 2007.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã.** Disponível em: www.marxists.org. Acesso em: 29 jan. 2007.
- MAZZEO, Miguel. **¿Qué [no] hacer?** Buenos Aires: Antropofagia, 2005.
- TROTSKI, Leon. **A História de Revolução Russa.** 1º. Vol. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1978.